

**CONV 356/02**

**WG VII 8**

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa (Grupo VII)
Assunto:	Síntese da reunião de 15 de Outubro de 2002

---

**I. Abertura da reunião e observações preliminares da Presidência**

1. O Vice-Presidente Dehaene (que assegura a presidência do Grupo) apresentou os resultados da reunião anterior na linha do descrito no doc. CONV 342/02 (Síntese da reunião) e introduziu o debate sobre a eficácia da acção externa da UE, tendo salientado que, para que se possam perseguir eficazmente os objectivos políticos e económicos da UE na cena internacional, é fundamental dispor de procedimentos de tomada de decisão e de implementação adequados, bem como de recursos financeiros e humanos. No que respeita à tomada de decisão no âmbito da PESC, convidou os membros a reflectirem sobre a possibilidade de alargar a VMQ e de melhorar o recurso à abstenção construtiva e à cooperação reforçada. Além disso, recomendou que o Grupo analisasse em que aspectos, e como, se poderia aperfeiçoar ainda mais a eficácia das políticas comunitárias em determinadas áreas.

**II. Exposição do SG/AR Javier Solana**

2. Javier Solana descreveu as principais tarefas e actividades em que tem estado envolvido desde a sua designação como AR há três anos atrás, prestou informações sobre as realizações políticas e institucionais alcançadas no domínio da PESC e da PESD, expôs os ensinamentos que poderiam ser retirados da experiência adquirida até à data e apresentou diversas sugestões para aumentar a eficácia da PESC <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nota: o texto da intervenção de J. Solana foi distribuído no documento WD 8 – WG VII.

3. O AR confirmou que a vontade política é uma questão-chave na PESC e que os actores da UE deveriam intensificar os seus esforços para fomentar a convergência de opiniões e a definição de posições comuns. A vontade política e o acordo entre os Estados-Membros abriram o caminho para uma actuação eficaz do AR na cena internacional. J. Solana sublinhou a importância da continuidade na política externa e referiu que o êxito da diplomacia depende muitas vezes dos contactos pessoais e da confiança mútua entre os interlocutores. Uma actuação eficaz a nível internacional requer a capacidade de reagir prontamente aos acontecimentos internacionais. As decisões, nomeadamente em situações de gestão de crises, devem ser tomadas em tempo real; é particularmente importante a possibilidade de mandar enviados especiais/representantes especiais. É essencial que exista uma divisão clara de tarefas e de responsabilidades na acção externa, bem como uma estreita cooperação entre os diferentes actores, nomeadamente o AR e o Comissário RELEX. A este respeito, J. Solana recordou a sua excelente cooperação e relação com Chris Patten. O AR acrescentou que a solidariedade entre os Estados-Membros e a concentração de recursos tendo em vista um objectivo comum são importantes para a eficácia e credibilidade da acção externa da UE. A UE não deveria hesitar em abordar questões sensíveis. Por último, o AR insistiu em que a cooperação com as organizações internacionais e com os principais parceiros é essencial para a promoção dos pontos de vista da UE na cena mundial.
4. O AR propôs diversas medidas para aumentar a eficácia da PESC, algumas das quais implicariam alterações aos Tratados. Entre estas, incluem-se as seguintes: reforçar o papel do AR na representação externa; conceder ao AR o direito de proposta; prever uma presidência permanente para o Conselho (Relações Externas); analisar formas de alargar a utilização da VMQ e de melhorar o recurso à abstenção construtiva e à cooperação reforçada. Além disso, realçou os benefícios que podem ser retirados da concentração de competências diplomáticas provenientes de fontes diferentes e apelou a um maior recurso a diplomatas destacados nas instituições da UE, nomeadamente no Secretariado do Conselho, o que ajudaria a reduzir as divergências, a reforçar a confiança mútua e a aumentar a capacidade global de análise das políticas e de partilha de informações. No tocante ao financiamento da PESC, recomendou um sistema que corresponda, em termos tanto de volume como de flexibilidade, às ambições e objectivos políticos da UE na arena mundial.

5. Os membros saudaram a intervenção do AR, exprimiram o seu apoio às propostas que apresentou e solicitaram a sua opinião sobre, nomeadamente, a eventual separação das funções de AR e de SG do Conselho, a questão de um Presidente permanente do Conselho Europeu, a possibilidade de fundir as funções do AR e do Comissário RELEX, as questões financeiras e a responsabilidade financeira, a concentração de recursos e o desenvolvimento de um clima de confiança.
6. No que respeita à tomada de decisões no âmbito da PESC, o AR afirmou que o carácter específico da política externa (não tangível, sensível, não mensurável, no âmago da soberania) torna muito difícil prever a tomada de decisões por votação, em especial quando esteja envolvido o destacamento de pessoal. Todavia, como o risco de inércia deverá aumentar numa União alargada, haverá uma necessidade real de procurar soluções que contribuam para que o sistema continue a funcionar. Há que explorar melhor a VMQ, a abstenção construtiva e a cooperação reforçada. Deverá haver uma maior espírito de solidariedade entre os Estados-Membros.
7. No que se refere à ligação entre as funções de SG do Conselho e de AR, J. Solana recordou as razões por que havia sido decidido, em Amesterdão, associar as duas funções: evitar a criação de uma nova administração, confiar ao AR o controlo dos recursos humanos e consagrar as funções de AR no triângulo institucional. Não recomenda que se separem as duas funções.
8. O AR declarou assumir uma posição neutra quanto à ideia de o Conselho Europeu passar a ter um Presidente permanente; todavia, considerou que deveriam ser identificadas outras funções, para além das de interlocutor ao mais alto nível político.
9. Quanto à eventual fusão das funções do AR e do Comissário RELEX, assinalou, para além da dificuldade prática que levantaria a execução de ambas as funções por uma só pessoa, que essa fusão seria contrária à colegialidade da Comissão. No seu entender, do que a União precisa é de uma divisão clara de tarefas e responsabilidades entre o AR e o Comissário

RELEX, bem como de mecanismos de cooperação que permitam reforçar as sinergias e maximizar os benefícios a retirar de ambos os cargos. J. Solana recomendou, por um lado, que se pondere a fusão de serviços sempre que possível, por exemplo no caso dos serviços de Genebra (a colocar sob a responsabilidade da Comissão) e dos de Nova Iorque (a ligar ao AR) e, por outro, que se utilize melhor a concentração de recursos entre as instituições e com os Estados-Membros.

10. No tocante ao financiamento da PESC, o AR afirmou que a situação é por vezes particularmente embaraçosa e frustrante. Embora se disponha de fundos avultados no orçamento comunitário para o financiamento das relações externas, os meios financeiros de apoio às decisões da PESC são claramente insuficientes. É necessário um novo sistema de financiamento, que possa fornecer fundos suficientes, permitir o seu rápido desembolso e oferecer garantias em termos de responsabilidade.

### **III. Exposição de Pascal Lamy, membro da Comissão Europeia**

11. O Comissário Lamy descreveu as experiências realizadas e os ensinamentos retirados no domínio da política comercial comum, destacou as razões pelas quais foi considerada um êxito e propôs alguns eventuais novos melhoramentos. Por último, expôs o seu ponto de vista sobre a forma de aumentar a legitimidade e a eficácia da acção externa da UE <sup>2</sup>.
12. No entender do Comissário, os ingredientes do sucesso da política comercial comum são três: a existência de uma vontade política de actuar em conjunto no quadro da competência comunitária, um processo de tomada de decisão equilibrado e eficiente, com uma clara divisão de responsabilidades e um diálogo permanente entre a Comissão e os Estados-Membros, e uma plataforma política comum, que levara à criação e promoção de uma doutrina europeia para a política comercial baseada na abertura e na regulamentação.

---

<sup>2</sup> Nota: o texto integral desta exposição consta do documento WD 10 – WG VII.

13. O sistema baseia-se no método comunitário, que gerou um clima de confiança mútua e tem funcionado muito bem. Todavia, é ainda possível melhorá-lo. Em primeiro lugar, deverão reduzir-se ainda mais as excepções à regra da VMQ. A unanimidade continua a ser aplicada nos domínios dos serviços, dos investimentos e da propriedade intelectual, o que constituirá um considerável obstáculo aos novos acordos que a União (alargada) será chamada a celebrar nos próximos anos no âmbito da OMC ou a nível bilateral (por exemplo, com o Mercosul), uma vez que, na realidade, as negociações comerciais se prendem cada vez mais com áreas não abrangidas pela VMQ e cada vez menos com o comércio de mercadorias ou a redução dos entraves pautais. O Comissário exprimiu a esperança de que a Convenção recomende a generalização da VMQ, inclusive no que se refere aos aspectos externos de determinados domínios políticos da competência comunitária (por exemplo, o ambiente). O Comissário referiu ainda que os acordos mistos afectam a credibilidade da União, com o risco de atrasos inerente ao processo de ratificação.
14. Em segundo lugar, P. Lamy assinalou que a sensibilidade política em torno das questões comerciais e o papel central que estas desempenham no debate sobre a mundialização tornam necessário atribuir maior importância à visibilidade e legitimidade das acções da UE neste domínio. Neste contexto, P. Lamy apelou a um maior envolvimento do PE no processo de tomada de decisão, a uma maior transparência nos trabalhos do Conselho e a um diálogo mais estruturado com a sociedade civil.
15. Em relação à acção externa em geral, o Comissário Lamy insistiu em que, para que a União disponha de uma política externa comum credível e bem sucedida, deverá antes de mais existir uma vontade política no sentido de actuar em conjunto na cena mundial, bem como uma plataforma ideológica comum. Se quisermos que a União tenha uma política externa coerente, que utilize toda a gama de instrumentos disponível, deveremos abolir a estrutura em pilares e reagrupar as competências num só bloco. Segundo P. Lamy, embora se verifique um amplo consenso quanto aos princípios e objectivos da política externa da UE, é essencial realizar um debate aprofundado antes de os valores comuns poderem ser traduzidos numa verdadeira política comum. A definição de uma política comum em todos os domínios da acção externa poderá ser desenvolvida passo a passo, mas deverá acabar por conduzir a uma abordagem única em matéria de tomada de decisões, em que a Comissão tenha um papel central enquanto representante e defensor do interesse comum (não sendo suficiente a simples coordenação de posições), o que inclui a acção e a representação em instâncias multilaterais. P. Lamy reconheceu que poderão ser necessários mecanismos diferentes para as questões de segurança e de defesa.

16. Foram levantadas no debate as questões a seguir indicadas. Ao ser interrogado sobre as disposições relativas à representação da UE no Banco Mundial, no FMI e no G7/G8, o Comissário afirmou que a UE pode, em princípio, designar um representante para o Conselho de Governadores dos dois primeiros, ao passo que no último caso o Presidente da Comissão se exprime sobre assuntos comunitários. Tendo-lhe sido perguntado quem seria o porta-voz único da UE, P. Lamy respondeu que é essencial que a UE seja representada por uma pessoa em quem os Estados-Membros confiem e reportou-se à proposta formulada pela Comissão na sua comunicação do passado mês de Maio. Manifestou dúvidas quanto à ideia de um Presidente permanente do Conselho Europeu, uma vez que levanta questões de responsabilidade.
17. Em resposta a uma declaração segundo a qual existe uma diferença clara entre, por um lado, a gestão de crises/diplomacia e, por outro, as negociações comerciais, o Comissário afirmou que a política comercial também lida com situações de crise e que a diferença se verifica apenas em termos de intensidade. Na opinião do Comissário, é possível extrapolar para outras áreas a experiência adquirida no domínio da política comercial, não havendo utilidade em estabelecer uma distinção entre domínios políticos "tangíveis" e "intangíveis".

#### **IV. Alocução de Poul Nielson, membro da Comissão Europeia**

4. O Comissário Nielson descreveu a acção da Comunidade na política de desenvolvimento e expôs os seus pontos de vista sobre a evolução da acção externa da UE <sup>3</sup>.
19. P. Nielson recordou que a UE (Comunidade e Estados-Membros) é o maior contribuinte da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) no mundo (mais de 50%), representando a Comunidade só por si 10%. A Comissão/Comunidade centrou a sua ajuda em seis domínios prioritários: comércio e desenvolvimento, integração regional, políticas macroeconómicas e sectores sociais, transportes, segurança alimentar e governação. Segundo o Comissário

---

<sup>3</sup> Nota: o texto integral da intervenção de P. Nielson consta do documento WD 9 – WG VII.

Nielson, o valor acrescentado da cooperação para o desenvolvimento a nível da UE reside no seu alcance mundial (está presente em todos os países do mundo) e no facto de fornecer às antigas colónias um parceiro (e não um "mentor", como antigamente). Lamentou que a política de cooperação para o desenvolvimento não vincule os Estados-Membros e não seja muitas vezes suficientemente coordenada com outros domínios políticos comunitários.

20. O Comissário fez as seguintes recomendações à Convenção: a política de desenvolvimento deverá responder aos objectivos estratégicos a médio e longo prazo (ao contrário da agenda da política externa, que é a curto prazo ) com base em estratégias regionais por país.; os Estados-Membros deverão assegurar uma maior coordenação, incluindo a nível multilateral; o FED deverá ser integrado no orçamento geral da UE; as modalidades de cooperação com os ACP/o Acordo de Cotonu deverão ser alterados (prever uma personalidade jurídica única abriria caminho à simplificação e racionalização).
21. A ajuda humanitária da CE eleva-se a 500 milhões de euros, com acções em 60 países (25% da ajuda humanitária mundial). A ajuda humanitária da CE e dos Estados-Membros representa 50% da ajuda mundial. P. Nielson salientou que as vantagens da prestação de ajuda humanitária a nível da UE são a partilha dos encargos e a imparcialidade política e alertou contra as tentativas de ligar a ajuda humanitária a considerações de política externa (inclusive relativas à prevenção/gestão de crises).
22. O Comissário Nielson expôs ainda a sua opinião sobre as relações externas da UE em geral e declarou que o carácter intergovernamental da política externa e de segurança não produziu os resultados esperados. A questão fundamental que se coloca é a de saber se a UE pretende ser um verdadeiro actor na cena mundial. Na afirmativa, necessita de um sistema diferente e de melhores instrumentos. P. Nielson descreveu os recentes debates sobre a Eritreia e o Zimbabué, em que, segundo ele, foi patente a falta de clareza, de coerência e de eficácia dos procedimentos de tomada de decisão da UE. Recomendou as seguintes mudanças para o futuro: a acção externa deverá passar a ter um "centro de gravidade", que seja responsável pelo controlo da iniciativa política e possa recorrer a todos os instrumentos; o AR deverá dispor do direito de iniciativa e estar "ligado" à Comissão ou fazer parte dela; a regra da unanimidade na PESC deverá ser abolida e substituída pela VMQ (excepto na área da defesa); todas as acções externas deverão ser examinadas pelo PE e controladas pelo Tribunal de Contas.

23. Um dos membros perguntou como poderia um AR integrado na Comissão ganhar a confiança do Conselho e como poderia ser organizada a carga de trabalho. O Comissário respondeu que tal não seria impossível, uma vez que o Presidente da Comissão, por exemplo, também tem a confiança de ambas as instituições. Acrescentou que se vontade entre os Estados-Membros a vontade de clarificar o sistema, de o tornar mais racional e fazer com que ofereça mais garantias em termos de responsabilidade, se conseguirá certamente encontrar uma solução em relação à arquitectura.

## **V. Intervenção de Pierre de Boissieu, Secretário-Geral Adjunto do Conselho da União Europeia**

Após ter recordado a evolução histórica que conduziu, depois de 1989-1990, aos Tratados de Maastricht e de Amesterdão, P. de Boissieu lembrou a distinção entre:

- o Primeiro Pilar, que consiste no conjunto das competências de atribuição, logo limitativas, conferidas à Comunidade pelos Estados-Membros, com o quadro em que devem ser exercidas, a definição da estrutura institucional e os respectivos meios de acção, e
- o Segundo Pilar, que dá aos Estados-Membros a possibilidade de gerirem de forma complementar as competências que desejaram conservar para si, isto é, todas as competências que não foram transferidas para a Comunidade. O Segundo Pilar introduziu assim uma obrigação de cooperação sem limites nas matérias que permanecem da competência dos Estados.

O centro de gravidade instrumental do Segundo Pilar é a estratégia comum, que tem por finalidade, em relação a um determinado objectivo limitado no tempo, reunir os instrumentos dos Estados. P. de Boissieu recordou que, muito embora a estratégia comum tenha sido prevista para permitir a sua implementação por maioria qualificada, na prática nunca foi utilizada a maioria qualificada. O mecanismo previsto pelo Tratado exige que a acção comum decidida pelo Conselho Europeu defina os meios comuns e organize uma certa forma de repartição de tarefas em função dos problemas que cada Estado-Membro encontra e do papel que deseja desempenhar. Todavia, o n.º 4 do artigo 14.º do TUE, que prevê que "o Conselho pode solicitar à Comissão que lhe apresente propostas adequadas em matéria de Política Externa e de Segurança Comum para assegurar a execução de uma acção comum", nunca foi objecto de aplicação concreta.

P. de Boissieu sublinhou que o Tratado não foi aplicado em relação a este ponto e que, por conseguinte, a maioria das acções externas da União se baseou no artigo 308.º do TCE; ora, este diz respeito ao funcionamento do mercado comum.



P. de Boissieu realçou em seguida a falta de conteúdo das acções e estratégias comuns.

No tocante ao financiamento, P. de Boissieu recordou que o Conselho está sujeito ao controlo do Tribunal de Contas e que o seu orçamento está submetido à quitação do Parlamento Europeu, embora, desde 1970, exista também um acordo entre o Parlamento e o Conselho que prevê que nenhuma destas duas instituições porá em causa o mapa previsional administrativo da outra.

P. de Boissieu explicou que, em 1990, o peso do Conselho na totalidade das despesas administrativas da Comunidade era de aproximadamente 10%. Na sequência da implementação da PESC e do Terceiro Pilar, é agora de 8,5%. O Conselho dispõe de 350 agentes "A", depois do esforço realizado para criar as "equipas Solana". Por seu lado, a Comissão dispõe de mais de 6000 agentes "A".

Constatou que o financiamento pelos Estados-Membros segundo "chaves" específicas não funcionou e solicitou aos membros do Grupo de Trabalho que reflectam sobre esta questão, tendo considerado que, se quisermos agir em comum, não se pode admitir que alguns Estados-Membros tenham de suportar encargos financeiros substancialmente mais pesados do que os outros.

Em seguida, P. de Boissieu recordou que o orçamento próprio da PESC é de 35 milhões de euros, ao abrigo do Acordo Interinstitucional celebrado entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão, o que é pouco em relação às outras despesas das instituições.

Reafirmou que a gestão das despesas operacionais afectadas à PESC a cargo do orçamento comunitário deve continuar a caber à Comissão, não reivindicando o Conselho nenhuma competência executiva. Todavia, quando a União esteja envolvida numa negociação política, deve ser possível propor que determinadas acções de financiamento sejam preferencialmente orientadas para certos pontos de aplicação, e não para outros.

Dito isto, P. de Boissieu lamentou a falta de meios a que a União tem de fazer frente em matéria de acção externa no âmbito da PESC e o ónus dos procedimentos que permitem aumentar o orçamento da PESC em caso de necessidade para determinada acção. Observou que, a este respeito, a UE é menos eficaz do que a ONU, a UEO, a NATO ou a OSCE.

Lamentou a escassez das dotações inscritas no orçamento para as despesas administrativas do Conselho, que são de 400 milhões de euros, ou seja, 8% do orçamento administrativo das instituições. Daí decorre que o Conselho não pode pagar os representantes especiais, uma vez que as dotações que lhes são afectadas são de 3,6 milhões de euros. Assim, actualmente são os Estados que pagam 80% da despesa. Como consequência, só os grandes Estados-Membros têm representantes especiais, pois só eles lhes podem pagar.

P. de Boissieu exprimiu o desejo de que o Secretariado-Geral do Conselho disponha de 50 milhões de euros para as acções PESC. Acrescentou que o Conselho prestará contas sobre a utilização deste montante e que haverá uma quitação.

Quanto a saber-se por que razão não foi aplicado o Tratado, P. de Boissieu recordou que essa é uma questão que se colocou já em relação a numerosas partes do Tratado. Em matéria de política de transportes, por exemplo, durante 30 anos, a Comunidade geriu indicações "p.m." no orçamento e a hora de Verão. O Tratado praticamente não foi alterado e hoje temos uma política de transportes. Tivemos uma política de transportes no dia em que, com base nesse mesmo Tratado, quisemos ter uma política de transportes. Não era pois o Tratado em si que estava em causa.

No que respeita à PESC, P. de Boissieu é de opinião que a maior dificuldade que se levanta não consiste nas relações entre a Comissão e o Alto Representante J. Solana. É antes a seguinte: o que fazer para estabelecer uma ligação entre a política e os meios dos Estados? Ora, o orçamento comunitário para a acção externa é de 6 mil milhões de euros. O montante do orçamento dos Estados para a acção externa é de cerca de 70/80 mil milhões de euros. Assim, a massa de acção mais importante está na mão dos Estados.

Quanto ao Tratado de amanhã, se a construção se mantiver mais ou menos a mesma que hoje, P. de Boissieu confirma que em primeiro lugar são necessárias bases jurídicas claras. Em seguida, há que clarificar a finalidade e o objectivo da acção realizada em comum. Pode tratar-se de uma acção comum, mas também de uma acção assente num sistema de repartição de funções, consoante as circunstâncias. Em terceiro lugar, há que saber qual é o lugar, não da maioria qualificada, mas da impossibilidade de bloquear o funcionamento do sistema. O quarto ponto consiste em encontrar um sistema financeiro que não deixe que a União ocupe uma posição marginal, pois mesmo no caso da ajuda pública ao desenvolvimento, que é o seu principal trunfo, a União apenas representa 15% da ajuda pública ao desenvolvimento dos Estados da União. A União só terá um papel se for um federador e um catalisador, e não um décimo-sexto interveniente, repetiu. O décimo-sexto interveniente está votado a permanecer marginal. Como transformar a União para fazer dela um

federador, sabendo que certos meios se manterão nacionais durante bastante tempo? P. de Boissieu declarou que o montante de 35 milhões não é suficiente para as despesas operacionais a cargo do orçamento. O Alto Representante deve dispor de um direito de orientação de proposta sobre a utilização política de determinados fundos. Neste quadro, a gestão dessas despesas deve ser feita pela Comissão ou por qualquer agência que os Estados-Membros queiram criar entre eles para gerir participações diferenciadas. P. de Boissieu exprimiu o desejo de que seja criado um "fundo de arranque" (*start-up fund*), a exemplo do da UEO.

Por último, no tocante às despesas administrativas, solicitou que fossem dados ao Secretariado do Conselho que deu um exemplo de moderação os meios necessários para funcionar.

Um dos membros interrogou P. de Boissieu a propósito da eventual fusão das funções de Alto Representante e de Comissário para as Relações Externas. P. de Boissieu afirmou que não é favorável à fusão das duas funções, tendo recordado que a verdadeira questão consiste em saber como federar em torno de objectivos comuns os meios de que dispõem os Estados-Membros – sem ser mediante uma transferência de competências para as Comunidades, o que não parece estar na ordem do dia.

Em resposta a um dos membros, que lhe fizera uma pergunta sobre a clarificação do texto dos Tratados necessária para que estes sejam mais bem respeitados, P. de Boissieu declarou que, para se ter uma verdadeira política externa da União, é necessária uma integração dos meios e dos objectivos, com uma real solidariedade entre os Estados-Membros.

Um dos membros colocou a questão de saber se a PESC exige um método intergovernamental ou se lhe é adaptada a votação por maioria qualificada. P. de Boissieu recordou que o princípio-chave do método comunitário é a identidade absoluta entre os direitos e as obrigações de todos os Estados-Membros e que a verdadeira questão aqui consiste em saber como servir da melhor forma os interesses da União alterando o Tratado de modo a que já não se tenha de enfrentar o veto de um Estado-Membro não implicado na acção a realizar.

Em resposta a um membro que lhe fizera uma pergunta sobre a falta de ambição da política externa da União, P. de Boissieu defendeu que o Conselho deve definir os objectivos políticos da acção externa, devendo, simultaneamente, ser dada maior autonomia à Comissão para gerir os programas, em vez de serem criados comités de gestão. Além disso, deveria haver mais rigor nos estudos de impacto *ex post*.

Às perguntas relativas à Presidência da União e do Conselho, P. de Boissieu respondeu que a escolha da Presidência da União dependerá da arquitectura global. Mostrou-se ainda favorável à ideia de que o Conselho seja presidido pelo Alto Representante, que se manteria simultaneamente à frente do Secretariado-Geral.

Em resposta a perguntas sobre os aspectos financeiros da acção externa, P. de Boissieu exprimiu o desejo de que se institua um sistema que permita uma melhor repartição de funções, tendo em mente que, neste domínio, deverão ser concebidas novas chaves orçamentais, reconhecendo a grande importância das considerações de carácter geográfico e histórico.

---